



## REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

---

### SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Aos Órgãos de Informação

O Conselho de Ministros realizou, no dia 13 de Junho de 2017, a sua 19.<sup>a</sup> Sessão Ordinária.

Nesta Sessão, o Conselho de Ministros apreciou e aprovou:

- O Decreto que cria o Monumento e Centro de Interpretação da Matola, na Cidade da Matola, na Província de Maputo, abreviadamente designado MOCIM;

O MOCIM que se localiza na Cidade da Matola é uma instituição pública sem fins lucrativos, de carácter cultural e científico, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa. Tem como atribuições a promoção de pesquisa, salvaguarda e divulgação dos conteúdos sobre o processo da luta dos povos moçambicano e sul africano contra o regime do *apartheid*.

- O Decreto que Classifica como Património Cultural Nacional, o Monumento e Centro de Interpretação da Matola, localizado na Cidade da Matola;

O Monumento e o Centro de Interpretação da Matola exalta o notável apoio do povo moçambicano aos movimentos nacionalistas da África do Sul e simboliza a luta contra a discriminação racial perpetrada pelo regime do *apartheid*. É uma homenagem ao sacrifício consentido pelos moçambicanos na defesa dos valores nobres da humanidade, bem como a imortalização dos seus feitos heróicos.

- O Decreto que aprova o Regulamento da Lei de Audio Visual e Cinema;

O Regulamento estabelece os mecanismos de aplicação da Lei n.º 1/2017, de 6 de Janeiro, sobre a produção, distribuição, exibição, difusão de obras audiovisuais e cinematográficas e aplica-se à actividade audiovisual e cinematográfica.

- O Decreto que aprova o Regulamento Simplificado para o Exercício de Actividades Económicas e Revoga o Decreto n.º 5/2012, de 7 de Maio e o n.º 1 do artigo 25 do Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial, aprovado pelo Decreto n.º 22/2014, de 16 de Maio.

O Regulamento estabelece o regime de licença simplificada e da certificação da mera comunicação prévia das actividades económicas que pela sua natureza, não acarretam impactos negativos para o ambiente, saúde pública, segurança e para a economia em geral.

Ainda nesta Sessão, o Governo apreciou a informação sobre a Situação Actual de Gestão das Calamidades Naturais;

Maputo, 13 de Junho de 2017